

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 26.05.2011

3.2. - 09.06.2011

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – PRÉ-ESCOLAR

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES

. Jardim de Infância dos Simões

- Substituição de Pavimento

. Ajuste Directo

Ponto 5. **CULTURA**

. REDE URBANA “CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO”

. Associação: Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (ADCMMM)

5.1 - Quota Anual

5.2 - Comparticipação Pública Nacional nos Projectos Comuns/2011

Ponto 6. **CULTURA** – BIBLIOTECA MUNICIPAL

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO

- Substituição de Caixilharia

. Ajuste Directo

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

Ponto 7. CULTURA

- . APOIO AO FOLCLORE
- . Rancho Folclórico da Freguesia de Tapeus
 - Deslocação a Espanha

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
- . Polidesportivo de Tapeus
 - Adjudicação

Ponto 9. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . Remodelação das Piscinas Municipais ao Ar Livre de Soure
 - Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Ponto 10. ACÇÃO SOCIAL

- G.I.P. – GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

10.1. Aditamento ao Contrato de Objectivos

10.2. “Nova” Candidatura

Ponto 11. ACÇÃO SOCIAL

- . APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
- . Casa do Povo de Vila Nova de Anços
 - Centro de Dia e Apoio Domiciliário
- . Isenção de Taxas

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

Ponto 12. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONST./REP./AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
- . Reparação do Edifício da Cadeia - Interior
 - Ajuste Directo

Ponto 13. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
 - Homologações de Autos de Recepção Provisória
- 13.1. Espaço Adjacente à EB 1/2, de Soure
- 13.2. Espaço Adjacente à EB 1, de Vila Nova de Anços
- 13.3. Parque Infantil de Vila Nova de Anços

Ponto 14. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- AQUISIÇÃO DE TERRENOS

Ponto 15. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . SINALIZAÇÃO DIVERSA - BANDA SONORA /REDUTOR DE VELOCIDADE
- . Zona Adjacente à EB 1/2 de Soure
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 16. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . A1- Auto-Estrada do Norte, Sublanço Pombal/Condeixa
 - Nó de Soure
- . Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro
- . Utilização de Solos Incluídos na Reserva Agrícola Nacional
 - Parecer Favorável

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

Ponto 17. DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- . JARDINS E PARQUES, ARBORIZAÇÃO
- . Espaço Próximo das Pontes sobre o Rio Anços
- . Construção de um Lavadouro e de um Grelhador
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 18. RECURSOS HUMANOS

- . SIADAP // 2011
 - Objectivos Estratégicos

**Ponto 19. RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS
MUNICIPAIS**

- . Licença de Ruído
 - Assembleia de Deus de Coimbra (Área de Soure/Montemor-o-Velho)
- . Isenção de Taxas

Ponto 20. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI

- . ACTUALIZAÇÃO DO ZONAMENTO - 3.º TRIÉNIO 2011/2013
- . Protocolo (A.N.M.P. – Ministério das Finanças)
 - Nomeação de Interlocutor Municipal

Ponto 21. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2011

- . Apreciação de Propostas de Alteração - 6.ª/6.ª - .

Ponto 22. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à Reunião, dando a palavra aos Senhores Vereadores.

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “gostaria de dar umas notas muito breves, que têm a ver com convites de várias Instituições do nosso Concelho, no âmbito de uma política de proximidade, na área Cultural e, naturalmente, também na área Social.

No dia 11 de Junho, estivemos presentes no XXXIX Aniversário e no XXIV Festival de Folclore do Rancho Folclórico do Centro Social do Sobral.

Nesse mesmo dia, estivemos presentes numa iniciativa/convívio promovida pelo Centro Social e Recreativo do Casconho.

No dia 18 de Junho, acompanhei o Senhor Presidente de Câmara numa iniciativa no âmbito das Festas Populares.

No dia 19 de Junho, acompanhei o Senhor Presidente de Câmara no 1.º Aniversário da Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Formigal, onde esteve também presente o Senhor Vereador Mário Jorge Nunes.

Na área Desportiva, estivemos nos Lousões e em Alencarce de Baixo, no âmbito dos habituais Passeios de Cicloturismo, promovidos pelas Associações Locais e é sem dúvida uma forma saudável de convívio.

Gostaria de felicitar a Direcção Associação Regional de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços por se ter sagrado Campeã Distrital do Inatel de Pesca Desportiva de Competição. Sagrou-se também Campeão Distrital, mas a título Individual, Paulo Fernandes Alves Tomé. A Associação Regional de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços está de parabéns por esta dupla vitória. Estes resultados não são frutos do acaso, têm a ver com a dinâmica das Direcções, da capacidade dos atletas/pescadores da qualidade dos recursos naturais, em particular dos nossos Rios para a prática da Pesca Desportiva e também, não podemos ignorar, a política de apoio a esta modalidade desportiva, implementada pelo Senhor Presidente de Câmara.”

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “na área Cultural, estive presente no XXI Festival Nacional de Folclore do Rancho Folclórico do Cercal, no dia 18 de Junho, que integra o ciclo de Festivais de Folclore do ano 2011.

Nos dias 19 e 26 de Junho, decorreram as acções previstas no Programa Comemorativo do IX Centenário do Foral de Soure (1111-2011), conforme aqui aprovámos em reunião de Câmara. Ainda irão ocorrer, nos meses de Outubro e Novembro, Palestras destinadas, acima de tudo, ao Público Escolar, quer no Agrupamento de Escolas de Soure, quer no Instituto Pedro Hispano. As Palestras serão proferidas pelo Professor Doutor Fernando Tavares Pimenta. Para além do facto de termos comemorado os 900 anos do Foral, de referir como o Senhor Presidente disse na altura, a importância de perpetuarmos, no futuro - através de documentos específicos -, o documento, em livro, “*Soure Das Origens Pré-Romanas ao Foral de 1111*” de Fernando Tavares Pimenta e também a informação sobre as *Rotas Históricas de Soure*, nas vias digitais.”

O Senhor Vereador Américo Nogueira referiu que: “na área da Cultura estive presente no dia 19 de Junho, no XV Festival de Folclore da Ribeira da Mata.

No dia 24 de Junho, entraram em funcionamento, no período de Verão, as Piscinas Municipais ao Ar Livre de Soure e Vila Nova de Anços.”

O Senhor Presidente referiu que: “quanto à intervenção do Senhor Vice-Presidente, sobre os resultados desportivos da Associação Regional de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços e do atleta Paulo Fernandes Alves Tomé... Naturalmente, devemos congratular-nos com estas vitórias colectiva e individual que a todos nos deixam orgulhosos e satisfeitos... mas, é inteiramente justo que aprovemos um Voto de Louvor à Associação de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços, e, também, ao Paulo Tomé...”

Deliberado, por unanimidade, aprovar um Voto de Louvor à Associação de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços, pelo resultado obtido a Título Colectivo - Campeã Distrital de Pesca Desportiva

-. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar um Voto de Louvor ao Atleta Paulo Fernandes Alves Tomé, pelo resultado obtido a Título Individual - Campeão Distrital de Pesca Desportiva -. -----

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011**

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 26.05.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

3.2. - 09.06.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – PRÉ-ESCOLAR

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES**
- . Jardim de Infância dos Simões**
 - Substituição de Pavimento**
- . Ajuste Directo**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
JARDIM DE INFÂNCIA DOS SIMÕES

- SUBSTITUIÇÃO DE PAVIMENTO**
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à empreitada em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 1.940,00 euros, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica 02.02.07.01.03.05 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 01.001 2011/1.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR A SEGUINTE ENTIDADE

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, à seguinte empresa:

- Parquadora Sourense - Comércio de Pavimento, Tintas e Vernizes, Lda.

4. JÚRI

Uma vez que será apenas convidada uma entidade a apresentar proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
17/06/2011

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
A Vereadora *,
(Ana Maria Treno, Dra.)
20.06.2011

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal, despacho de 06.11.2009

e

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

Assunto: Educação

*Educação Pré-Escolar – Conservação/Reparação de Centros Escolares
Jardim de Infância dos Simões*

De acordo com indicações superiores, foi solicitado um levantamento da situação actual da zona a intervir.

Após visita ao local, foi elaborado um orçamento/medições, dos trabalhos a realizar, o qual se encontra em anexo. Sendo o valor total dos trabalhos de **1.940,00 € + IVA**.

Deste modo, e resultante das infiltrações da água da chuva, propõe-se que seja substituído todo o pavimento existente na sala de aula por soalho flutuante, específico para a actividade aí exercida.

Sugere-se, assim, o recurso ao Ajuste Directo, para a realização dos referidos trabalhos, com convite à seguinte empresa:

1. Parquadora Sourense – Comércio de Pavimento, Tintas e Vernizes, Lda.

À consideração superior,
O Técnico
(Mauro Alegre, Eng.)
16-06-2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 5. CULTURA

- . REDE URBANA “CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO”
- . Associação: Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (ADCMMM)

Foi presente a seguinte Proposta:

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011**

Assunto: CULTURA

. REDE URBANA “CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO”

.       

- Quota Anual

- Participação Pública Nacional nos Projectos Comuns / 2011

A Câmara Municipal, na sua reunião de 29.09.2010, deliberou aprovar a constituição e a integração do Município de Soure na Associação, *Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego*, bem como os seus Estatutos. Esta proposta foi também aprovada pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 30.09.2010.

Assim, na sequência da constituição da Agência supra referida, a sua Assembleia Geral deliberou:

- a) Em reunião de 23.02.2011, fixar o valor da Quota Anual em € 1.200,00 (mil e duzentos euros), para todos os Associados;
- b) Em reunião de 16.06.2011, aprovar o Plano de Pagamentos da contrapartida nacional, para o ano 2011, nos Projectos Comuns da Rede, a ser suportada por cada um dos oito Municípios, no montante de € 14.678,40 (catorze mil seiscientos e setenta e oito euros e quarenta cêntimos), conforme tabela em anexo (ANEXO 1).

Face ao exposto, atendendo à necessidade de garantir a disponibilidade financeira que permita o normal funcionamento da Agência, bem como garantir os compromissos de participação nos Projectos Comuns, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de autorizar que possam vir a ser transferidos para a Agência os seguintes montantes:

- € 1.200,00 (mil e duzentos euros) para pagamento da Quota correspondente ao ano de 2011;
- Até € 14.678,40 (catorze mil seiscientos e setenta e oito euros e quarenta cêntimos), a título de Participação do Município na Componente Pública Nacional dos Projectos Comuns que integram a Candidatura da Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, no corrente ano de 2011.

Os Vereadores*

(Ana Maria Treno, Dra.)

(Mário Jorge Nunes)

27.06.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Comparticipação Pública Nacional nos Projectos Comuns *

* **8 MUNICÍPIOS:** Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penela, Soure (Vilas); Coimbra, Figueira da Foz e Pombal (Cidades)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Quota Anual no valor de 1.200,00 €.

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

5.2 - Comparticipação Pública Nacional nos Projectos Comuns/2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de transferência, até ao valor de 14.678,40 €, a título de Comparticipação Pública Nacional nos Projectos Comuns/2011.-----

Ponto 6. CULTURA – BIBLIOTECA MUNICIPAL
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO
- Substituição de Caixilharia
. Ajuste Directo

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: CULTURA
BIBLIOTECA MUNICIPAL – CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO
- SUBSTITUIÇÃO DE CAIXILHARIA
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à empreitada em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 4.770,80 euros, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica 02.02.07.01.03.07 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 02.001 2011/43-1.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR A SEGUINTE ENTIDADE

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, à seguinte empresa:

- a. Deleme, Janelas.

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

4. JÚRI

Uma vez que será apenas convidada uma entidade a apresentar proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
17/06/2011

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
20.06.2011

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, despacho de 06.11.2009

e

Assunto: *Cultura, Desporto e Tempos Livres*
Cultura – Biblioteca Municipal
Conservação/Reparação do Edifício - Substituição da caixilharia em madeira por idênticos em PVC

No seguimento de indicações superiores, com vista à substituição gradual das caixilharias de madeira da Biblioteca Municipal, informamos que numa primeira fase foram substituídos os vãos do 1º piso da fachada principal, a porta lateral de acesso ao auditório do 2º piso e os vãos do corredor do 2º piso.

Propõe-se, numa segunda fase de intervenção, a substituição das restantes caixilharias de madeira existentes no hall do auditório, de acordo com o levantamento em anexo, devido ao facto de se encontrem em mau estado de conservação e de constituírem um foco de infiltrações, prejudicando o conforto térmico.

Neste quadro, foi elaborado um orçamento/medições, dos vários trabalhos a realizar, estimando-se um valor global de **4.770.80 € + IVA**.

Sugere-se para a realização dos referidos trabalhos, a consulta às seguintes empresas:

1. Deleme, Janelas;

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011**

À consideração superior,
O Técnico
(Mauro Alegre, Eng.)
16-06-2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 7. CULTURA

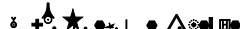
- . APOIO AO FOLCLORE
- . Rancho Folclórico da Freguesia de Tapeus
- Deslocação a Espanha

Foi presente a seguinte Proposta:

ASSUNTO: CULTURA



. RANCHO FOLCLÓRICO DA FREGUESIA DE TAPEUS



No âmbito da Política Municipal de Cultura, a Autarquia aprova anualmente uma proposta concreta de Apoio ao Funcionamento a três vertentes culturais: Folclore, Música e Teatro.

No que se refere a deslocações ao estrangeiro, têm sido apoiadas anualmente três/quatro entidades, através do cofinanciamento de viagens realizadas no âmbito de permutas culturais.

Naturalmente, estes apoios visam, sobretudo, contribuir para que os nossos grupos culturais divulguem o Concelho de Soure e, simultaneamente, constituem importantes estímulos ao desenvolvimento e continuidade no futuro de actividades que promovem uma ocupação saudável dos tempos livres - prevenindo situações perturbadoras de comportamentos salutar e equilibrados - e uma interacção enriquecedora entre várias gerações o que, inegavelmente, só pode conduzir ao bem estar social e emocional das pessoas envolvidas.

O apoio/cofinanciamento das deslocações às Regiões Autónomas ou ao Estrangeiro ronda, normalmente, os 50% a 70% do valor correspondente à viagem (aluguer do autocarro/passagens de avião), tendo-se vindo a adoptar, no entanto, uma percentagem inferior, designadamente quando, nos últimos anos, a Instituição tenha sido contemplada.

O Grupo Folclórico da Freguesia de Tapeus apresentou um pedido de apoio a uma deslocação a Espanha, no âmbito da sua participação no Festival de Folclore em San

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011**

Pedro del Pinar, a decorrer nos dias 18 e 19 de Junho de 2011. A viagem está orçamentada em 2.640€.

Trata-se, naturalmente, de um projecto interessante para este Grupo de Folclore, a concretizar num contexto de real escassez de recursos.

Constata-se ainda que este Grupo obteve o seu último apoio no âmbito de deslocações ao estrangeiro, no ano de 2005.

Neste quadro, numa perspectiva de, ainda assim, procurarmos ajudar o esforço financeiro das Pessoas que integram esta Instituição Cultural, proponho que, no âmbito do Apoio ao Folclore, previsto nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento para 2011, na área da Cultura, a Câmara Municipal autorize a atribuição de um apoio de 800€, correspondente a \approx 30% do custo da viagem, percentagem, naturalmente inferior à habitual, face ao atrás aludido quadro económico-social.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
2011.06.17

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, isto é, de atribuição de um apoio no valor de 800,00 euros.-----

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES
 . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
 . Polidesportivo de Tapeus
 - Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES - DESPORTO E TEMPOS LIVRES
 CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
 POLIDESPORTIVO DE TAPEUS
 ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 26.05.2011 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Euroténis - Equipamentos Desportivos, Ld.ª	9.943,40€	15 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (10.498,40), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Euroténis - Equipamentos Desportivos, Ld.ª**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00€, é dispensada a redução a escrito do mesmo - vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **Adjudicação** da presente empreitada à empresa **Euroténis - Equipamentos Desportivos, Ld.ª**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **9.943,40 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
17.06.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 9. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. Remodelação das Piscinas Municipais ao Ar Livre de Soure

**12.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011**

- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES

**REMODELAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS AO AR LIVRE DE SOURE
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 24.11.2005 esta Câmara Municipal homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
13.06.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do presente auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 10. ACÇÃO SOCIAL

- G.I.P. – GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

10.1. Aditamento ao Contrato de Objectivos

Foi presente a seguinte informação:

ASSUNTO: Gabinete de Inserção Profissional – GIP

. ADITAMENTO AO CONTRATO DE OBJECTIVOS

- Prorrogação da Autorização de Funcionamento

Na sequência do Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal do dia 23.05.2011, relativamente à Notificação de Prorrogação da Autorização de Funcionamento dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), ao abrigo da Portaria N.º 127/2009, de 30 de Janeiro, alterada pela Portaria N.º 298/2010, de 01 de Junho, informo V. Ex.^a do Seguinte:

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

- De acordo com o Contrato de Objectivos subscrito, em 26.05.2009, a autorização de funcionamento do GIP de Soure terminou a 14 de Maio de 2011, antes do encerramento do próximo período de candidatura (24 de Maio a 22 de Junho de 2011);

- O Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP decidiu prorrogar a autorização de funcionamento do GIP até 31 de Agosto de 2011, segundo informação da Direcção do Centro de Emprego da Figueira da Foz. Para o efeito, enviou, para assinatura, um Aditamento ao Contrato de Objectivos supra referido.

Neste quadro, proponho:

- A assinatura do Aditamento ao Contrato de Objectivos, documento que materializa as actividades e os objectivos a desenvolver, bem como o apoio técnico e financeiro ao Município, no âmbito da prorrogação da autorização de funcionamento do GIP;

À consideração Superior

A Técnica Superior de Serviço Social

Cristina Isabel Marta Lapo

07 de Junho de 2011

Despacho:

De acordo.

Ao c/ S^a. Vereadora, Ana Maria Treno, Dra.

À Reunião de Câmara

2011.06.08

(João Gouveia, Dr., Presidente Câmara)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Presidente.-----

10.2. “Nova” Candidatura

Foi presente a seguinte informação:

ASSUNTO: Gabinete de Inserção Profissional – GIP
APRESENTAÇÃO DE NOVA CANDIDATURA

Em Março de 2009, a Câmara Municipal apresentou uma Candidatura ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. com vista à criação de um Gabinete de Inserção Profissional (GIP).

A Portaria n.º 127/ 2009, de 30 de Janeiro, alterada pela Portaria n.º 298/2010, de 01 de Junho, cria e regula o funcionamento dos Gabinetes de Inserção Profissional. De acordo com este

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

Diploma, entende-se por GIP a organização ou serviço que preste apoio a jovens e adultos desempregados para a definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita cooperação com os Centros de Emprego.

Em Maio de 2009, a Candidatura foi aprovada, por um período de dois anos, concretamente, de 15 de Maio de 2009 a 14 de Maio de 2011.

Decorrente desta aprovação, em 26 de Maio de 2009, entre a Câmara Municipal e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. foi subscrito um Contrato de Objectivos que estabelecia as seguintes actividades a desenvolver durante o período de dois anos, atrás referidos:

- Informação Profissional para Jovens e Adultos Desempregados;
- Apoio à Procura Activa de Emprego;
- Acompanhamento Personalizado dos Desempregados em Fase de Inserção ou Reinserção Profissional;
- Captação de Ofertas de Entidades Empregadoras;
- Divulgação de Ofertas de Emprego e Actividades de Colocação;
- Encaminhamento para Ofertas de Qualificação;
- Divulgação e Encaminhamento para Medidas de Apoio ao Emprego, Qualificação e Empreendedorismo;

Em 24 de Maio de 2011, teve início um novo processo de Candidatura para os Gabinetes de Inserção Profissional, por um período de 30 dias, isto é, até ao dia 22 de Junho de 2011;

Os GIP a aprovar pelo IEFP serão apoiados e autorizados a funcionar, pelo período de um ano, mediante a contratualização de actividades, expressas no Contrato de Objectivos, a formalizar entre a Entidade Promotora e o respectivo Centro de Emprego.

Neste quadro, considerando que se trata de um serviço descentralizado de apoio aos municípios, proponho:

- A apresentação de uma nova Candidatura, nos termos do Regulamento do Instituto do Emprego e Formação Profissional. IP.

À consideração Superior,
A Técnica Superior de Serviço Social
Cristina Isabel Marta Lapo
13.06.2011

Município de Soure

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011**

Gabinete de Inserção Profissional de Soure

Apoios Financeiros À Nova Candidatura

05-07-2011

RUBRICAS	MONTANTES A APROVAR		
	Ano 2011	Ano 2012	TOTAL
. Adaptação de Instalações e Aquisição de Equipamentos	5.000,00		5.000,00
. Despesas de Funcionamento / Anual (3 xs o valor do IAS*)			1.257,66
. Comparticipação nas Retribuições do Animador e Outros Colaboradores (1.º ano - 2011 = 24 X IAS*)			10.061,28
Sub-Total	5.000,00 €	0,00 €	11.318,94 €

* IAS - Indexante dos Apoios Sociais para 2010 - 419,22€

O Apoio definido para Adaptação de Instalações e Aquisição de Equipamentos é até 5000€

A Técnica Superior
(Cristina Marta, Dra.)

Despacho:

De acordo.

Apresente-se a Candidatura em tempo útil.

Ao c/Sra. Vereadora, Ana Maria Treno, Dra.

À Reunião de Câmara

2011.06.14

(João Gouveia, Dr., Presidente Câmara)

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 11. ACÇÃO SOCIAL

- . APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
- . Casa do Povo de Vila Nova de Anços
 - Centro de Dia e Apoio Domiciliário

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

. Isenção de Taxas

Foram presentes as seguintes informações:

assunto: Pedido de Licenciamento para Legalização e Ampliação de Edifício social

processo: 27/2010

requerente: Casa do Povo de Vila Nova de Anços

local: Rua do Outeiro - Vila Nova de Anços

A entidade acima identificada é titular de um processo relativo a um pedido de licenciamento (Proc. 27/2010), relativo à legalização das obras realizadas nas instalações da Casa do Povo de Vila Nova de Anços, na parte destinada a centro de dia e apoio domiciliário, ou seja, o rés do chão.

Requeru a legalização da obra e emissão do alvará de autorização de utilização apenas para o r/c.

Foi realizada vistoria no dia 18 de Maio de 2011, tendo-se concluído que reúne condições para o fim a que se destina.

O valor da taxa a cobrar pela legalização e pela emissão do alvará de autorização de utilização seria de 220€, (110€ + 110€).

Face ao teor da informação jurídica em anexo, a requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25 do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento da taxa referente à emissão do alvará de autorização de utilização.

Maria José O. Carvalho – Eng^a

Chefe de Divisão de O.P.U.

27 de Junho de 2011

Despacho:

Defira-se.

À Reunião de Câmara

2011.06.27

(João Gouveia, Dr., Presidente Câmara)

e

assunto: Isenção de Taxas

processo: 27/2010

requerente: Casa do Povo de Vila Nova de Anços

local: Rua do Outeiro - Vila Nova de Anços

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011**

A Casa do Povo de Vila Nova de Anços, vem requerer a isenção do pagamento das taxas devidas pelo licenciamento e pela emissão de autorização de utilização, no âmbito do processo de licenciamento de obras n.º 27/2010, relativo às instalações do Centro de Dia.

A isenção ou redução subjectiva de taxas municipais, encontra-se prevista no Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

Ali, o n.º 1 do artigo 25.º, dispõe que *“estão isentas do pagamento de taxas as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, as instituições particulares de solidariedade social, bem como as de mera utilidade pública, relativamente aos actos e factos se destinem à directa e imediata realização dos seus fins”*.

O n.º 10 do mesmo artigo, refere ainda que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução de taxas, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

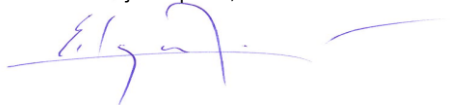
A requerente comprovou tratar-se de uma Instituição Particular de Solidariedade Social e a obra, objecto de licenciamento, destina-se a instalações de Centro de Dia, pelo que se encontram reunidos os requisitos previstos no n.º 1 do referido artigo 25.º, no que respeita à natureza jurídica e à finalidade estatutária.

Verifica-se também que, a entidade requerente não tem dívidas vencidas para com o Município de Soure, cumprindo com o disposto no n.º 10 do mesmo artigo.

Em face do exposto somos de parecer que:

A requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento das taxas municipais referentes ao pedido em questão.

À consideração superior,



(Edgar J. Domingues, Dr.)
14 de Junho de 2011

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 12. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
 . CONST./REP./AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
 . Reparação do Edifício da Cadeia - Interior
 - Ajuste Directo

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO
URBANIZAÇÃO E URBANISMO – CONST./ REP./ AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO DA CADEIA - INTERIOR
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **14.142,56 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **03.01.07.01.03.07** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.004 2011/107**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Parqueadora Sourense – Comércio de Pavimento, Tintas e Vernizes, Lda**

4. JÚRI

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
16.06.2011

e

Assunto: *Habitação, Urbanismo e Urbanização*
Urbanização e Urbanismo – Const./Rep./ Ampliação Edifícios Municipais
Reparação do Edifício da Cadeia – Interior

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

De acordo com indicações superiores, foi solicitado um levantamento da situação actual da zona a intervencionar.

Após visita ao local, foi elaborado um orçamento/medições, dos trabalhos a realizar, o qual se encontra em anexo. Sendo o valor total dos trabalhos de **14.142,56 € + IVA**.

Sugere-se, assim, o recurso ao Ajuste Directo, para a realização dos referidos trabalhos, com convite à seguinte empresa:

1. Parquadora Sourense – Comércio de Pavimento, Tintas e Vernizes, Lda.

À consideração superior,
O Técnico
(Mauro Alegre, Eng.)
15-06-2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

**Ponto 13. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
- Homologações de Autos de Recepção Provisória
13.1. Espaço Adjacente à EB 1/2, de Soure**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
ESPAÇO ADJACENTE À EB 1/2 DE SOURE
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **15.04.2010**, à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**, pelo valor de **24.728,45 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de O. P.M.
(Mário Monteiro, Engº.)
17.06.2011

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do presente auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

13.2. Espaço Adjacente à EB 1, de Vila Nova de Anços

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
ESPAÇO ADJACENTE À EB 1 DE VILA NOVA DE ANÇOS
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **15.04.2010**, à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**, pelo valor de **18.000,30 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de O. P.M.
(Mário Monteiro, Engº.)
17.06.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do presente auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

13.3. Parque Infantil de Vila Nova de Anços

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
PARQUE INFANTIL DE VILA NOVA DE ANÇOS
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **26.02.2009**, à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**, pelo valor de **26.005,80 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de O. P.M.
(Mário Monteiro, Engº.)
17.06.2011

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do presente auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**Ponto 14. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA
- AQUISIÇÃO DE TERRENOS**

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO / ÁGUA
- AQUISIÇÃO DE TERRENOS**

Com vista à construção de uma Captação, para reforçar o Sistema de Abastecimento Público de Água da Casa Velha, torna-se necessária a aquisição de uma parcela de terreno, com 300m², na localidade de Piquete, freguesia da Gesteira, pelo montante de 1.050,00€, conforme informação dos serviços.

Este valor traduz-se num custo unitário de 3,50€/m².

Tendo em conta o montante em causa, compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Outubro, a decisão sobre a aquisição.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica 03.03.07.01.01 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 08.001 2011/166.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
14/06/2011

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
O Vereador *,
(Mário Jorge Nunes)
15.06.2011

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal por despacho de 06.11.2009

e

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO
ÁGUA
AQUISIÇÃO DE TERRENOS
- Aquisição de um terreno no Piquete**

12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Junho de 2011

Com vista à construção de infra-estrutura no âmbito do abastecimento público de água, é necessário adquirir uma parcela de terreno, situado na freguesia da Gesteira, junto à localidade do Piquete.

De acordo com o PDM, o local insere-se em zona agrícola fora da Reserva Agrícola e fora da Reserva Ecológica.

A parcela de terreno, tem a área de 300 m².

Considerando a área, a localização e a classificação no PDM, parece-me razoável o valor de € 1.050,00 para a aquisição em causa.

Este valor traduz-se num custo unitário de 3,50 €/m².

À Consideração Superior
Maria José O. Carvalhão – Eng^a
Chefe de Divisão de O.P.U.
13 de Junho de 2011

E

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO / ÁGUA

- Aquisição de parcela de terreno

A fim de reforçar o sistema de abastecimento público de água da captação da Casa Velha, surgiu a necessidade de efectuar uma nova captação na zona envolvente ao reservatório da Carregosa.

Consultados os técnicos da ARH Centro, foi-nos aconselhado evitar a proximidade do reservatório da Carregosa, por se tratar de uma área de calcários com reduzidas probabilidades de se encontrar água. Em complemento deste parecer e em visita ao local, foi-nos sugerido, procurar uma área mais para nascente, com outras características geológicas.

Assim foi encontrada uma solução numa parcela de terreno de 15x20 metros, situada na localidade do Piquete, próximo da EM 348 e que poderá vir a ser adquirida pelo valor aproximado de 1.050,00 Euros, de acordo com a proposta efectuada pelo respectivo proprietário e que se afigura aceitável.

À Consideração Superior
O Técnico
(Evaristo Mendes Duarte)
09 / 06 / 2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a aquisição de uma parcela de terreno, com uma área de 300m², pelo valor de 1.050,00 €, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 15. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. SINALIZAÇÃO DIVERSA - BANDA SONORA /REDUTOR DE VELOCIDADE

. Zona Adjacente à EB 1/2 de Soure

- Homologação do Auto de Recepção Provisória

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
SINALIZAÇÃO DIVERSA - BANDA SONORA/REDUTOR DE VELOCIDADE
ZONA ADJACENTE À EB 1/2 DE SOURE
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por despacho de **05.03.2010**, ratificado em reunião de Câmara em **24.03.2010**, à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**, pelo valor de **2.042,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de O. P.M.
(Mário Monteiro, Engº.)
17.06.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do presente auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 16. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . **A1- Auto-Estrada do Norte, Sublanço Pombal/Condeixa**
 - **Nó de Soure**
 - . **Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro**
 - . **Utilização de Solos Incluídos na Reserva Agrícola Nacional**
 - **Parecer Favorável**

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 17. DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- . **JARDINS E PARQUES, ARBORIZAÇÃO**
- . **Espaço Próximo das Pontes sobre o Rio Anços**
- . **Construção de um Lavadouro e de um Grelhador**
 - **Homologação do Auto de Recepção Provisória**

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: DEFESA DO MEIO AMBIENTE
JARDINS E PARQUES, ARBORIZAÇÃO
ESPAÇO PRÓXIMO DAS PONTES SOBRE O RIO ANÇOS
CONSTRUÇÃO DE UM LAVADOURO E DE UM GRELHADOR
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **17.09.2009**, à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**, pelo valor de **21.100,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de O. P.M.
(Mário Monteiro, Engº.)
17.06.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do presente auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 18. RECURSOS HUMANOS
. SIADAP // 2011
- Objectivos Estratégicos

Foi presente a seguinte Proposta:

- CICLO ANUAL DE GESTÃO -



12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Junho de 2011

(De acordo com o disposto no n.º 1 do Art.º 4.º e a) do Art.º 5.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04/2009)

- * **...Continuar...** A Melhorar o Atendimento e o Relacionamento com os Municípios.
- * **...Continuar...** A Manter Bons Níveis de Investimento Público, designadamente, maximizando o Aproveitamento de Fundos Comunitários, por via da concretização de Projectos com Candidaturas Aprovadas no âmbito do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional).
- * **...Continuar...** A Alargar e a Melhorar as Redes de Infraestruturas Básicas.
- * **...Continuar...** A Potenciar o Crescimento do número de Famílias Residentes, humanizando, ainda mais, as condições de vida no Concelho, concretamente:
 - ⇒ Mantendo a aposta prioritária na Educação e Qualificação das Pessoas;
 - ⇒ Procurando garantir a Todos o Acesso à Cultura e à Prática Desportiva;
 - ⇒ Assegurando Mais e ainda Melhor Acção Social aos que mais precisam;
 - ⇒ Contribuindo para a existência e funcionamento de uma cada vez Melhor rede de cuidados de Saúde;
 - ⇒ Colaborando, articulando e conjugando esforços com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, procurando-se, assim, que a Protecção Civil garanta tranquilidade e Segurança às Pessoas;
 - ⇒ Assumindo uma Política Fiscal Autárquica socialmente eficaz;
 - ⇒ Promovendo uma relação saudável com a Natureza, sempre com a Defesa e Valorização do Ambiente como pano de fundo;
 - ⇒ Aprovando as alterações ao Ordenamento do Território consideradas necessárias e adequadas, naturalmente coerentes com o previsto nos Planos Regional e Nacional.
- * **...Continuar...** A Estimular o Aumento e a Defesa do Emprego no Concelho.
- * **...Continuar...** A Sensibilizar a Administração Central para a realização de Investimentos da sua competência que consideramos absolutamente necessários.

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

Obs.: - Esta Proposta está em consonância com as Grandes Opções do Plano - PPI/AMR - e Orçamento aprovados.

O Presidente da Câmara
(João Gouveia, Dr.)
22.06.2011

e

Assunto: - SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública)
- Ciclo de Gestão
• Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro
• Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro

Relativamente ao assunto em epígrafe, e na sequência do determinado superiormente, fizemos o enquadramento legal da situação em apreço e elaborámos a informação que passamos a apresentar:

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, veio instituir o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, adiante designado por SIADAP. Este sistema visa contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade da Administração Pública, para a coerência e harmonia da acção dos serviços públicos, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências.

Posteriormente, o Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro, procedeu à adaptação deste sistema de avaliação (SIADAP) aos serviços da Administração Autárquica.

Segundo art. 5.º do Decreto Regulamentar mencionado, **o SIADAP articula-se com as fases do ciclo anual de gestão das unidades orgânicas, dos dirigentes e dos trabalhadores, fases que passamos a enunciar:**

- Fixação dos objectivos de cada Unidade Orgânica para o ano seguinte, tendo em conta as suas competências orgânicas, os objectivos estratégicos plurianuais determinados pelo órgão executivo, os compromissos assumidos na carta de missão pelo dirigente superior, quando exista, os resultados da avaliação do desempenho e as disponibilidades orçamentais;

- Aprovação do orçamento e aprovação, manutenção ou alteração do mapa do respectivo pessoal, nos termos da legislação aplicável;

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011***

- Definição das actividades para o ano seguinte, indicadores de desempenho da entidade e de cada unidade orgânica;
- Monitorização e eventual revisão dos objectivos da entidade e de cada unidade orgânica, em função de contingências não previsíveis ao nível político ou administrativo;
- Elaboração do relatório de actividades, com demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e o relatório de auto-avaliação previsto no presente Decreto Regulamentar.

Dispõe o art.º 6.º do diploma supra referido, que este sistema integra três componentes:

- A Avaliação do Desempenho das Unidades Orgânicas dos Municípios (SIADAP 1);
- A Avaliação do Desempenho dos Dirigentes dos Municípios (SIADAP 2);
- A Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores das Autarquias Locais (SIADAP 3).

Estes subsistemas funcionam de forma integrada pela coerência entre objectivos fixados no âmbito do sistema de planeamento, objectivos do ciclo de gestão da entidade, objectivos das unidades orgânicas, objectivos fixados na carta de missão dos dirigentes superiores, quando existam, e objectivos fixados aos demais dirigentes e trabalhadores (cfr. n.º 2 do art. 6.º do DR n.º 18/2009).

No que se refere à avaliação do desempenho das Unidades Orgânicas (SIADAP 1), dispõe o art. 7.º do Decreto Regulamentar, que as mesmas **dependem directamente dos membros do órgão executivo, e devem ser avaliados anualmente sempre em articulação com o ciclo de gestão do Município.**

Nos termos do art. 8.º do Decreto Regulamentar, a avaliação do desempenho das Unidades Orgânicas realiza-se com base nos seguinte parâmetros:

- Objectivos de eficácia (alcance e obtenção dos objectivos e resultados);
- Objectivos de eficiência (relação entre bens produzidos e serviços prestados e os recursos utilizados);
- Objectivos de qualidade (forma de satisfação das necessidades dos utilizadores).

Estes objectivos são propostos pela Unidade Orgânica, até 30 de Novembro do ano anterior a que respeitam, ao membro do órgão executivo de que dependa e são por este aprovados, até 15 de Dezembro (cfr. n.º 2 do art. 8.º do DR n.º 18/2009).

Em cada Unidade Orgânica são definidos:

- a) Indicadores de desempenho para cada objectivo e respectivas fontes de verificação;

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011**

b) Mecanismos que sustentem os níveis de graduação podendo ser fixadas ponderações diversas a cada parâmetro e objectivo, de acordo com as unidades orgânicas.

- A proposta de objectivos apresentada pela Unidade Orgânica ao membro do executivo, deve ser acompanhada dos instrumentos (comuns a todas as unidades) que permitam o acompanhamento e monitorização concomitante, da execução de cada um dos objectivos (n.º 2 do art. 9.º).

- Trimestralmente o dirigente da Unidade Orgânica deve apresentar um relatório sintético da execução e de adopção de medidas de melhor desempenho ou de revisão dos objectivos em função de contingências não previstas ao nível político ou administrativo (cfr. n.º 3 do art. 9.º).

- Até 15 de Abril do ano seguinte a unidade orgânica deve apresentar um relatório do desempenho da unidade orgânica ao membro do órgão executivo evidenciando os resultados alcançados e os desvios verificados (cfr. art. 10.º).

CONCLUSÕES:

i) Para se proceder à implementação do SIADAP para o ano de 2011, o órgão executivo da Câmara Municipal deve aprovar através de uma Proposta, os **objectivos estratégicos plurianuais** (cfr. n.º 1 do art.4.º e al a) do art. 5.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro);

ii) Posteriormente, e com base nos objectivos plurianuais estratégicos já aprovados, o dirigente máximo de cada unidade orgânica deve propor os objectivos operacionais para a sua unidade orgânica até 30 de Novembro do ano anterior a que respeitam, ao membro do órgão executivo de que dependa, sendo por este aprovados até 15 de Dezembro (cfr. n.º 2 do art.8.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro);

iii) Os objectivos individuais para os dirigentes intermédios e demais trabalhadores, são definidos *a posteriori*, pelo respectivo avaliador, de acordo com os objectivos aprovados para a unidade orgânica.

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,
Paços do Município de Soure, 15 de Junho de 2011
A Técnica Superior,
(Susana Ramos)

Despacho:

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Junho de 2011**

Tomei conhecimento.

De acordo com as conclusões da informação jurídica
infra, designadamente a constante da alínea i),
deverá ser apresentada Proposta de Objectivos
Estratégicos já na próxima Reunião de Câmara.
2011.06.17

(João Gouveia, Dr., Presidente Câmara)

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente, conforme decorre da
informação técnica/jurídica.-----*

**Ponto 19. RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS
MUNICIPAIS**

. Licença de Ruído

- Assembleia de Deus de Coimbra (Área de Soure/Montemor-o-Velho)

. Isenção de Taxas

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos.-----

Ponto 20. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI

. ACTUALIZAÇÃO DO ZONAMENTO - 3.º TRIÉNIO 2011/2013

. Protocolo (A.N.M.P. – Ministério das Finanças)

- Nomeação de Interlocutor Municipal

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Presidente de Nomeação
da Exma. Senhora Chefe de Divisão, Eng.ª Maria José, como Interlocutora Municipal.-----*

Ponto 21. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2011

. Apreciação de Propostas de Alteração - 6.ª/6.ª - .

*Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e duas
(2) abstenções das Senhoras Vereadoras eleitas pelo P.S.D., aprovar as Propostas de Alteração -
6.ª/6.ª - .-----*